



## **Cuidado com o vão entre a educação e as plataformas: sambando nas encruzilhadas da autoria docente**

### **Mind the gap between education and platforms: dancing the samba at the crossroads of teacher authorship**

**Maxwell Dahlke Moreira da Silva<sup>[1]</sup> • Júlio César Augusto do Valle<sup>[2]</sup>**

*Resumo:* No Brasil, e especialmente no estado de São Paulo, observa-se um fenômeno crescente de plataformização da educação, marcado pela incorporação compulsória, sem subsídios científicos, de plataformas digitais nos cotidianos escolares. Diante disso, este trabalho busca evidenciar controvérsias e impactos perversos dessa política em uma dimensão fundamental: a expropriação da autoria docente. Embora essas tecnologias possam parecer avanços instrumentais, elas têm se configurado como uma forma eficaz de controle e vigilância do trabalho docente. A análise realizada baseia-se, também, em dados empíricos e documentos oficiais. Somado a isso, finalizamos destacando a relevância de nos aproximarmos da potência explicativa de epistemologias subalternizadas, tal como Exu (Rufino, 2019) e os surdos da bateria de uma escola de samba (Simas, 2020), para diagnosticar mais profundamente o panorama da educação em São Paulo e encontrar brechas para enfrentar políticas que subalternizam a artesanidade que constitui o fazer docente.

*Palavras-chave:* Autoria docente. Plataformização. Epistemologias subalternizadas. Samba. Exu.

#### **1. Pisando na avenida em tempos de distopia: um panorama da plataformização da educação em São Paulo**

Figura 01 - Fotografia de placa comum em trens e metrô paulistanos



Fonte: Diário do Transporte<sup>1</sup>

<sup>1</sup> <https://diariodotransporte.com.br/2022/08/05/ferroanel-e-trocado-por-trem-intercidades-apesar-de-promessas-de-doria-e-tarcisio/>



Cuidado com o vão entre a educação e a plataforma é uma problematização, inspirada numa imagem conhecida dos paulistas e, particularmente, dos paulistanos, mas que, obviamente, está presente em muitos outros cenários brasileiros. O fato de os autores serem ambos paulistas, contudo, nos inclinou à referida inspiração por perceber o abismo existente entre as demandas que pulsam na rede estadual de ensino de São Paulo e a forma como o governo estadual responde mal ao que de fato é imperativo categórico para qualidade do ensino: valorização da carreira docente, melhores salários e condições de trabalho, que começam com a redução do número de alunos por turma.

Ao invés disso, o governo estadual apostou, nos últimos anos, num empreendimento de “apoio e suporte” - que, na prática, significa “vigilância e controle” - para as experiências pedagógicas. O movimento de plataformização da educação no estado de São Paulo representa não só um interesse pela mercantilização da educação pública, como também é um ataque explícito e voraz à identidade do trabalho docente, sobretudo por dismantelar um dos elementos mais autênticos que distinguem essa profissão: a autoria docente. Essa tendência, endossada por grandes corporações privadas e chancelada pela atual gestão da Secretaria Educação do Estado de São Paulo, promove a transformação das escolas públicas e dos professores em peças de uma engrenagem algorítmica. A violência simbólica dessa política é tamanha que ela não se resume apenas à prescrição dos conteúdos e das avaliações a serem realizadas, como também se arrogam no direito de definir até mesmo a quantidade de minutos que deve ser despendida em cada conteúdo.

A título de esclarecimento, na rede estadual de São Paulo, os educadores recebem slides prontos com os temas a serem trabalhados parametrizados aula a aula (dia a dia). Somado a isso, nesse famigerado material digital ainda há a presença de verbos no imperativo que buscam controlar os rumos das aulas e, inclusive, os tempos indicados que os professores devem permanecer em cada slide. Diante dessa conjuntura, nos parece que estamos no auge da tentativa de colonização do tempo pedagógico.

A pesquisadora, educadora de rede pública, Renata Polizeli (2023) defendeu sua tese de doutorado, focalizando a língua portuguesa, dedicada a compreender como se deu a constituição do Currículo Paulista a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A autora, inclusive, publicou outros estudos decorrentes da pesquisa inicial. Neste ano, 2025, a





autora apresentou, no II Congresso de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo (USP), o trabalho intitulado “Ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental: articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos e as proposições didático-pedagógicas nas produções curriculares da SEDUC-SP”, desenvolvido em colaboração com seu supervisor no pós-doutoramento, Emerson de Pietri.


Nesse trabalho, Polizeli e Pietri (2025) revelam indícios preocupantes sobre o que vem ocorrendo na rede estadual de ensino. Os autores mapearam a incidência de certos “comandos”, de cunho didático-pedagógico no *slide* que docentes *têm de executar, cumprir*, evidenciando que a prescrição se ocupa cada vez mais de um caráter metodológico, como vemos nas figuras a seguir, interferindo no modo de conduzir a aula próprio de cada docente; eliminando brechas para a autoria docente (Valle, 2021, 2022).

Figura 02 - Exemplo de *slide*

**Slide 3**

 **Tempo:** 7 minutos.

 **Dinâmica de condução:** professor, apresente o slide destacando que um planejamento financeiro eficaz vai muito além de cortar gastos – envolve registrar todas as receitas e despesas, definir metas e desenvolver uma mentalidade financeira que transforma o dinheiro em uma ferramenta para crescimento pessoal e profissional. Leia o texto do slide e, em seguida, mostre o artigo “Gestão financeira ajuda a quitar dívidas e sair do vermelho”. Após a exibição, pergunte: “Como a mudança de mentalidade em relação ao dinheiro pode ser a chave para sair do ciclo de dívidas?”. Incentive os alunos a refletirem e compartilhem exemplos de como o controle financeiro pode impactar positivamente suas vidas.

 **Expectativa de resposta:** Os alunos devem perceber que uma gestão consciente das finanças permite identificar áreas de desperdício, ajustar prioridades e, assim, reduzir ou eliminar dívidas. Devem mencionar que o desenvolvimento de uma mentalidade próspera – em que o dinheiro é visto como meio para alcançar objetivos – é fundamental para quebrar o ciclo do endividamento.

Fonte: Centro de Mídias da Educação de São Paulo<sup>2</sup>

Outro trabalho que contribui para explicitar diferentes dimensões dessa mesma problemática é o artigo escrito por Saraiva, Silva e Valle (2025), intitulado “Educação pública

<sup>2</sup> <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/130411/1248059.pdf>



do estado de São Paulo: denúncias e anúncios em diálogo com professoras que ensinam Matemática”, em que os autores analisam entrevistas realizadas com docentes da rede estadual para desinvisibilizar (Oliveira, 2013; Valle, 2022) denúncias e anúncios nas vozes dessas pessoas que precisam ser escutadas. Sob a perspectiva dos autores, foi possível estabelecer um conjunto diversificado de conexões entre o referencial teórico e os dados produzidos, permitindo formular o quadro a seguir:

Quadro 1: Análise dos elementos centrais a partir do par denúncia-anúncio

Elemento analisado	Denúncias identificadas	Anúncios identificados
Carreira	Instabilidade, predominância de contratos da categoria O, que culminam em um cenário de falta de professoras, mudanças em critérios de atribuição de aulas e dificuldade de permanência na unidade escolar de um ano letivo para o outro.	Urgência na contratação de professoras efetivas e mudanças nos critérios de atribuição de aulas.
Controle	Constante vigilância e avaliação do trabalho docente e do acesso do corpo discente às plataformas digitais, as quais evidenciam e transformam as diferenças em desigualdades e limitam as vivências pedagógicas.	Se faz necessário respeitar e proporcionar, na prática, a autonomia da classe docente.
Normativas	Instabilidade na rotina escolar devido às numerosas normativas que interferem no cotidiano, despreparo da gestão para lidar com essas implementações, perpetuação de um modelo de educação bancária (Freire, 2012).	Necessidade de práticas pedagógicas dialógicas, que desafiem a perspectiva educacional tecnicista.
Ritmo discente	Incompatibilidade e descompasso entre os materiais e plataformas digitais para com a realidade da sala de aula, prejuízos ao processo de ensino e de aprendizagem devido à materialização, através dos <i>slides</i> , de um calendário com conteúdo unificado para todo o estado de São Paulo.	É preciso respeitar o desenvolvimento do corpo discente e ampliar vivências e atividades lúdicas e recreativas.
Gestão	Há diferentes atuações da equipe de gestão escolar, há aquelas que compactuam com modificações nos materiais digitais e nas orientações curriculares recebidas, desde que pedagogicamente justificadas, e há aquelas que recomendam a implementação acrítica das orientações.	É necessário um alinhamento entre equipe de gestão escolar e corpo docente.
Insubordinação	Existem agentes subversivas e insubordinadas criativamente (D'Ambrosio; Lopes, 2015) em relação às imposições curriculares devido discordâncias pedagógicas em relação aos materiais disponibilizados.	O ato de insubordinar-se criativamente é impreterível e necessário!

Fonte: Saraiva, Silva e Valle, 2025, p. 15-16.

Um bom exemplo dos dados produzidos por meio dessa pesquisa consiste na descrição que faz um docente que atua na rede estadual no interior de São Paulo, denunciando a existência de um “arquitetura do mal”:

*Professor: Agora, pra dinâmica da sala eu acho que os slides atrapalharam. Por que que os slides atrapalharam? Porque agora as aulas dos professores SÃO [ênfatisa]*



*os slides, de muitos professores as aulas são os slides né? Então, eu acho que ele antes tinha que uma forma ou outra ter uma certa criatividade ali né? Agora, vários professores utilizam só os slides. E de uma outra forma eles amarram os slides às avaliações externas e atrela isso ao bônus né, então tudo isso né? é uma...uma junção de coisas que...que...é um projeto! É bem arquitetado sabe? É **uma arquitetura do mal mesmo, sabe?** Eles amarram as pontas. [...] É tão distante quem propôs de quem faz, que não dá certo. Mas o que é foda é que poderia ser mais dialógico e a gente ter mais eficiência no processo de ensino e aprendizagem, mas não é. Várias vezes a... a gestão fica tentando responder às burocracias: isso amarra todo o processo. (Saraiva, Silva, Valle, 2025, p. 11, grifos nossos)*

O vão entre o trem e a plataforma, arquitetado.

O vão, que argumentamos haver entre a educação e a plataforma, como expressão representativa de todo um conjunto de políticas neoliberais de controle do trabalho docente aliado à desprofissionalização da docência, cada vez menos valorizada.

Finalmente, um último trabalho, que corrobora as perspectivas que estamos constituindo à medida que explicamos o que está acontecendo na rede estadual de ensino de São Paulo, consiste na pesquisa desenvolvida numa parceria entre o Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD) e a Rede Escola Pública e Universidade (REPU)<sup>3</sup>. Trata-se de uma nota técnica, intitulada “Plataformização e controle de trabalho escolar na rede estadual paulista” que examina os efeitos da política de plataformização. De acordo com os autores,

O estudo identifica cinco eixos principais dessa política: (1) uso compulsório de materiais didáticos digitais e plataformas de atividades para os estudantes; (2) centralização da formação docente por meio de videoaulas e formulários padronizados; (3) intensificação do monitoramento digital sobre todas as dimensões da vida escolar; (4) vigilância do tempo de uso das plataformas, com potenciais punições a professores/as e diretores/as escolares; e (5) discurso que associa utilização de plataformas e resultados das escolas no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). (GEPUD/REPU, 2025, p. 4)

Sinalizando falta de transparência por parte dos gestores sobre o funcionamento das plataformas, o estudo também revela que “esse uso das plataformas digitais não tem correlação com a melhoria dos desempenhos das escolas estaduais no Saresp, o que invalida o principal argumento da Seduc-SP para justificar a aquisição massiva desses insumos digitais” (p. 34). Mais explicitamente, denunciam que os dados e sua análise:

---

<sup>3</sup> A Rede Escola Pública e Universidade foi criada por um grupo de professores e pesquisadores de universidades públicas e do Instituto Federal do estado de São Paulo (Unicamp, UFSCar, UFABC, USP, Unifesp e IFSP) em fevereiro de 2016, motivada pelos acontecimentos envolvendo a proposta de reorganização da rede escolar estadual em 2015 e pelo movimento secundarista de ocupação às escolas.



(...) afastam a hipótese de que as plataformas cumpririam um papel adjuvante às aulas nos processos de ensino e aprendizagem e de qualificação dos processos de gestão da rede de ensino. Pelo contrário, a obrigatoriedade da utilização das plataformas, o rígido monitoramento dos acessos e do tempo de uso por professores/as e estudantes e o estabelecimento de punições para gestores/as de escolas que não atinjam as metas de uso definidas pela Seduc-SP, permitem concluir que a adoção dessas ferramentas digitais visa unicamente reforçar um controle centralizado de todos os processos da vida escolar. (GEPUD/REPU, 2025, p. 35)

Trata-se do empreendimento de pesquisa mais completo no sentido de explicitar as denúncias relativas às políticas do governo do estado para a educação nos últimos anos. Mais recentemente, o Ministério Público de São Paulo (2025) emitiu uma recomendação, em caráter preventivo e cautelar, uma série de recomendações, em verdade, dentre as quais destacamos a necessidade de estabelecer diretrizes objetivas sobre o uso das plataformas digitais, enfatizando orientações que tornem facultativo o uso dessas ferramentas; “induzir e assegurar progressiva autonomia administrativa e pedagógica das unidades escolares” (p. 324); “revogar todos os atos normativos editados para punição de docentes” (p. 325).

A recomendação discute a obrigatoriedade do uso de plataformas digitais em detrimento da “ausente disponibilização de terminais informáticos suficientes e acesso à internet para uso das plataformas” (Ministério Público, 2025, p. 287). Identificou, além disso, o descumprimento de normas constitucionais, leis e diretrizes editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), especialmente, como foi dito, em relação à pluralidade de concepções pedagógicas prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal 9.394/96). Nas palavras do texto,

As constatações, outrossim, demonstram que professores vêm sendo privados de diversificar metodologias de ensino e aprendizagem, assim como privados de recursos para o ensino e aprendizagem, especialmente o livro didático, uma vez que são obrigados, por ordem de superior hierárquico, a ensinarem com o uso de plataformas e material digital. No mais, há ampla e difundida percepção nas escolas quanto à padronização do conteúdo das aulas e atividades segundo o modo pelo qual a Secretaria de Educação introduziu e orientou o seu emprego, ainda que as realidades sociais, econômicas e culturais do Estado de São Paulo sejam as mais diversas em cada região do estado e em cada localidade no interior dos municípios. (Ministério Público de São Paulo, 2025, p. 285)

O que se evidencia é que estamos escrevendo e refletindo sobre essa questão em seu tempo real de embate com a sociedade civil, especialmente núcleos de pesquisa e docentes



articulados da Educação Básica. Assim, este texto não somente denuncia o atual estado das coisas, o vão entre a educação e a plataforma, mas também faz coro às vozes que têm defendido a autonomia docente e, mais especialmente flagelada com as políticas que mencionamos, a autoria docente (Valle, 2022).

## **2. A bateria docente silenciada: analisando a educação paulista pelo compasso do samba**

Para estender a nossa análise desse quadro, vamos apostar na potência criativa da gramática do samba, especialmente dos surdos da bateria de uma escola de samba. Em nossa concepção, eles nos oferecem uma chave potente para compreender a autoria docente enquanto ação inventiva e crítica, tecendo relações entre a cultura popular afro-brasileira e os desafios atuais da educação, em tempos de algoritmização das relações escolares.

Os surdos são instrumentos que, embora muitas vezes invisibilizados, sustentam toda o balanço e a cadência do desfile. Segundo Simas (2020), os surdos são responsáveis por realizar a marcação do tempo.

O surdo de primeira é o surdo de marcação, um “tambor grave que marca a referência do tempo da batida para os ritmistas de toda a bateria” (Simas, 2020, p. 27). Em vista disso, o surdo de primeira pode ser associado ao planejamento pedagógico, à organização do tempo-espaco escolar, à condução reflexiva dos processos de ensino. No entanto, no contexto paulista, a imposição verticalizada de currículos rígidos e uniformes inviabiliza de os professores forjarem suas próprias batidas pedagógicas, deslocando para agentes externos às escolas aquilo que deveria ser construído coletivamente, com base na escuta dos tambores do território e da experiência dos atores dos colégios.

Já o papel do surdo de segunda é de responder ao surdo de primeira e ajustar o ritmo, exercendo um diálogo constante com o surdo de primeira e com a bateria (Simas, 2020). Na prática pedagógica, isso implica reconhecer a variedade de ritmos de aprendizagem, a gama de saberes prévios dos educandos, a relevância do improviso e da adaptação. Os docentes que querem incorporar o surdo de segunda em suas aulas não seguem roteiros padronizados e inflexíveis, eles constroem as aulas com os estudantes, batendo em sintonia com eles. Em



decorrência da plataformização, podemos afirmar que, no desfile das escolas estaduais paulistas, a bateria do surdo de segunda dificilmente será ouvida, uma vez que os professores se tornaram meros cumpridores de métricas pré-definidas, anulando a flexibilidade necessária para mudar o compasso e construir seus próprios enredos pedagógicos.

O surdo de terceira, por sua vez, entra com uma síncope, deslocando-se ligeiramente do tempo binário e imprimindo variações e nuances ao ritmo entre os surdos de primeira e os surdos de segunda. Simas (2020, p. 27) alega que “ao contrário da previsibilidade dos outros, o de terceira desenha um ritmo cheio de síncopes, quebrando a sensação de normalidade da conversa entre o surdo de marcação e o surdo de resposta”.

Cabe salientar que a síncope, no campo da música, refere-se à quebra ou deslocamento do ritmo esperado, criando um efeito de tensão, surpresa e renovação (Simas e Rufino, 2018). Sob esse viés, na pedagogia da síncope, o surdo de terceira representa a (re)invenção, o inesperado, aquilo que escapa da previsibilidade curricular. Ele desvia do compasso apenas o suficiente para transformá-lo, sem destruí-lo. Em outras palavras, o surdo de terceira é aquele que desestabiliza a ordem, desorganiza o tempo para criar outro ritmo.

Na educação, o surdo de terceira simboliza a postura de educadores que, apesar da precarização e tentativa de desprofissionalização docente, sabem tocar no contratempo e sambar fora do quadrado, criando aulas e problematizando questões que confrontam o compasso da norma escolar imposta. Professores que buscam elaborar aulas no ritmo do surdo de terceira sabem não apenas que o tempo da educação precisa balançar, mas também que, assim como no samba, é na síncope reside a potência da docência como criação.

Em suma, o cenário da educação estadual de São Paulo cria obstáculos para que educadores subvertam as salas de aulas em belíssimos barracões pedagógicos, isto é, transformem locais que tendem a ser domesticadores em espaços de criação e reinvenção coletiva, semelhante ao que ocorre nas escolas de samba. Como antítese à lógica da plataformização, que atua pela homogeneização do currículo e que escuta somente às rubricas para vigiar o trabalho docente, o samba opera pelo improviso e pela atenção à diversidade coletivo para compor o ritmo. Diferentemente dessas políticas de performatividade, que buscam realizar uma avaliação perversa e punitiva sobre o trabalho de educadores, no samba



as escolas são julgadas por quem tem a clareza de que aprender e ensinar é como desfilar: requer chão, treinamento, tropeços, improviso e beleza para afetar o público.

### 3. Batucando no miudinho: reexistências docentes no fundo de quintal da educação

A gente não perde o prazer de cantar  
*E fazem de tudo pra silenciar*  
*A batucada dos nossos tantãs*  
*No seu ecoar, o samba se refez*  
Seu canto se faz reluzir  
*Podemos sorrir outra vez*  
Samba  
Eterno delírio do compositor  
Que nasce da alma, sem pele, sem cor  
Com simplicidade, não sendo vulgar  
Fazendo da nossa alegria seu habitat natural  
*O samba floresce no fundo do nosso quintal*  
[...]  
É bonito de se ver  
O samba correr pro lado de lá  
Fronteira não há pra nos impedir  
*Você não samba, mas tem que aplaudir*  
(Batucada dos nossos tantãs, Fundo de Quintal, 1987, grifos nossos)

Assim como os desfiles de escolas de samba, a docência tem suas repetições, seus equívocos, seus ajustes e seus ritmos próprios. Um enredo mal compreendido em um primeiro momento poderá ser recomeçado posteriormente, em um novo compasso. Além disso, cabe salientar: isso não é fracasso pedagógico, culpa de professores ou alunos! Na verdade, isso é respeito ao tempo do processo, o tempo do recomeço.

Do mesmo modo como *o samba floresce no fundo do nosso quintal*, a docência é um ato de composição coletiva, um processo de autoria que dialoga com a vivência concreta do chão da escola. Contudo, a plataformização retira a experiência do nosso *fundo de quintal* e a coloca em um servidor, subjugado a índices sem qualquer respaldo científico. Ao fazer isso, a intenção é clara de silenciar *a batucada dos nossos tantãs* pedagógicos, empobrecendo o caráter criativo e situado da prática docente, e transformando a escola em um local desalentador cujo som mais valorizado é o tique-taque monótono do relógio burocrático que controla incessantemente o tempo gasto nas famigeradas plataformas educacionais.

Ademais, a Pedagogia das Encruzilhadas, enunciada por Rufino (2019), nos parece outro marco epistemológico potente no embate político que demarcamos contra a política



premeditada de expropriação da liberdade de cátedra e pela insurgência docente. O autor utiliza Exu como referência para pensar um outro projeto de sociedade. Apesar de Exu ser anunciado como o diabo em decorrência do racismo religioso, na verdade, ele é um símbolo cultural afro-diaspórico que representa a comunicação, a ambivalência, a subversão e a abertura de caminhos. Exu atua nas encruzilhadas, que são lugares em que afetos se atravessam, escolhas, negociações, desvios e reinvenções são realizados.

Em diálogo com a nossa perspectiva, enquanto Exu é o signo da multiplicidade de caminhos, a plataformização é a imposição de um percurso único com regras de entrada e saída pré-determinadas por algoritmos e *scripts*. Se por um lado as plataformas não aceitam dribles, ambiguidade e improviso, por outro lado Exu vê isso como uma necessidade vital para produzir conhecimento. Enquanto as plataformas tentam aprisionar o magistério paulista em labirintos hostis, nos aproximamos de Exu para pleitear uma docência que seja capaz de encontrar sentido onde há um ruído, ler um desvio programático como uma sabedoria e transformar um tropeço em samba. Em síntese, a política de plataformização expressam o fechamento de encruzilhadas e, portanto, tenta interditar o Exu pedagógico que habita em cada professor(a), reduzindo as possibilidades de uma educação crítica e emancipadora.

A despeito desse cenário perigoso, *o samba se refaz*, pois aqueles que ditam os rumos da prática pedagógica não conseguem apagar completamente a potência do que é vivido no interior das escolas. Então, a autoria docente é como o surdo de terceira: embora seja abafado, encontra brechas para *ecoar*. Nessa linha argumentativa, temos a esperança de que *podemos sorrir outra vez* se desinvisibilizarmos práticas emancipatórias de docentes (Valle, 2022) que ainda sambam sutilmente, no miudinho, atravessam encruzilhadas do trabalho pedagógico, escapando do controle digital e buscando ressignificar o seu papel autoral.

Assim, cabe a nós, como próximo passo, encontrar modos de *ecoar* ações de professores situados na rede estadual de São Paulo, que gincam desafiando a opressão da política de plataformização, sem ser frontal, mas sem ser submissos. Essa é uma saída para reabrir encruzilhadas que constituem o fazer docente. Caso isso não ocorra, a tendência é de que haja maior supremacia da retórica que singulariza a pluralidade dos cotidianos escolares e homogeneiza os colégios públicos apenas em um lugar de carência. Logo, entendemos que dar



historicidade e institucionalidade (Oliveira, 2012) *a batucada dos tantãs* desses educadores, tocada nas frestas do sistema, pode ser um caminho para que até os empresários da educação, ignorantes na arte de sambar com a vida (isto é, educar), *tenham que aplaudir*.

## Referências

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. *Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista* [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas); [www.gepud.com.br/manifestacoes.html](http://www.gepud.com.br/manifestacoes.html).

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *Recomendação do Grupo de Atuação Especial de Educação*. São Paulo: MPSP, 2025. Disponível em: <https://www.udemo.org.br/2025/Anexos/2025102-Recommendacao-MPSP-GEDUC.pdf>.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensados praticados. *Revista e-curriculum*, v.8 n.2, 2012, p. 1-22.

POLIZELI, Renata Cristina Alves. *Do currículo prescrito aos mediadores: currículo paulista e os cadernos currículo em ação de língua portuguesa - ensino fundamental anos finais*. 2023. 1 recurso online (261 f.). Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/12567.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2019.

SARAIVA, Fernanda Veloso; SILVA, Glauber Carvalho da; VALLE, Júlio César Augusto do. Public education in the state of São Paulo: complaints and announcements in dialogue with teachers who teach Mathematics. *Educação Matemática Debate*, Montes Claros, v. 9, n. 18, p. 1–18, 2025.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

VALLE, Júlio César Augusto. A autoria docente em currículos de matemática desinvisibilizados: práticas de extensão e pesquisa. *Perspectivas da Educação Matemática*, v. 15, n. 40, p. 1-20, 20 dez. 2022.